

3ª Conferência FORGES

Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Dezembro 2013

Acesso ao ensino superior e mobilidade social dos portugueses¹

Maria da Saude Baltazar (baltazar@uevora.pt), CESNOVA/FCHS-UNL & Departamento de Sociologia da Universidade de Évora

Carlos Vieira (cvieira@uevora.pt), CEFAGE-U.E. & Departamento de Economia da Universidade de Évora

Isabel Vieira (impvv@uevora.pt), CEFAGE-U.E. & Departamento de Economia da Universidade de Évora

Conceição Rego (mcpr@uevora.pt), CEFAGE-U.E. & Departamento de Economia da Universidade de Évora

Resumo

A sociedade portuguesa assistiu a mudanças muito acentuadas ao longo dos últimos 50 anos. Os principais acontecimentos que marcaram a cronologia histórica do país foram decisivos na sua evolução em termos demográficos, sociais, económicos e político-institucionais. No que respeita ao ensino superior, Portugal conheceu alterações profundas, nomeadamente pelos efeitos económicos, sociais e territoriais que as instituições de ensino superior provocam nos locais onde se inserem, e por via da alteração na estrutura de qualificações da população portuguesa. Mais recentemente, assistiu-se a inequívocas alterações no estilo de vida dos portugueses, decorrentes da crise económico-financeira, alterações que provocam efeitos na procura do ensino superior, e que começam a tornar-se evidentes.

Neste estudo discutimos, numa primeira instância, o modo como a rede de ensino superior instalada em Portugal tem contribuído para a promoção da coesão social. Num segundo momento, analisamos o acesso ao ensino superior e as suas implicações na mobilidade social dos portugueses, a partir das estatísticas disponíveis sobre as dimensões de análise selecionadas para o efeito. Os trabalhos desenvolvidos permitem-

¹ Este trabalho decorre da investigação realizada no âmbito do projeto FCT PTDC/CPE-PEC/103727/2008, Reconstruir a rede do sistema de ensino superior Português: desafios da demografia, do crescimento económico e da coesão regional, bem como o apoio da Fundação para a Ciência e Tecnologia e FEDER / COMPETE (concessão PEst-C/EGE/UI4007/2011). Agradece-se o apoio financeiro.

nos concluir que, apesar da distribuição de instituições de ensino superior por todo o país, o acesso a este nível de ensino tende a ser feito por jovens maioritariamente filhos de pais diplomados, indiciando desde logo uma tendência para uma baixa mobilidade social por esta via.

Complementarmente, propomo-nos perceber de que modo Portugal se distingue de outros países, nesta matéria. Dado que as condições de vida das famílias são determinantes para o acesso e permanência no ensino superior, este estudo visa ainda discutir a influência do aumento nos custos de frequência do ensino superior (por via das propinas e do apoio social) na composição social dos jovens que frequentam as instituições de ensino superior em Portugal e, conseqüentemente, na deterioração da coesão social.

Palavras – chave: Acesso ao ensino superior; Coesão social; Desenvolvimento territorial; Instituições de Ensino Superior; Mobilidade social

Introdução

A evidência empírica sugere que países e regiões com níveis de desenvolvimento mais elevados são também os territórios onde se registam os maiores níveis de coesão. Cumulativamente, é nestes locais que se registam também os níveis de escolarização mais elevados, tornando por isso evidente a existência de uma correlação positiva entre educação, desenvolvimento e coesão. A obtenção de melhores níveis de escolarização pode ser um meio de alcançar a mobilidade social ascendente. Neste caso, a escola, nos seus vários níveis, sobretudo através do ensino superior, potencia a mobilidade social dos indivíduos, na medida em que melhora a respectiva qualificação e permite uma integração no mercado de trabalho com remunerações mais elevadas. . Ao contrário, em sociedades com baixos níveis de coesão social, o sistema de ensino funciona antes como um factor de acentuação das diferenças entre os indivíduos.

A mobilidade social, enquanto transição de um individuo (ou grupo) de uma posição social para outra, e reveladora dos aspectos de mudança social e cultural das nossas sociedades, pode ser conseguida através de: i) factores financeiros (aumento da riqueza pessoal); ii) factores sociais (integração num grupo social mais elevado, através do casamento, por exemplo); iii), factores de exposição pública (assumir um cargo político relevante, por exemplo, ou atingir o estatuto de 'celebridade' nos media),; iv) ou através

da formação (obtenção de um diploma de curso superior). Este artigo analisa este último efeito no caso de Portugal e a forma como é potencialmente afectado pelas políticas públicas de acesso ao ensino superior. Embora, com é dito, a educação, e designadamente o acesso ao ensino superior, não seja o único factor de mobilidade social, pode indirectamente influenciar todos os outros acima referidos.

1. Rede de ensino superior e coesão social

Como a bibliografia refere, as sociedades mais desenvolvidas são também mais coesas – no sentido em que apresentam menores assimetrias -, e em simultâneo, são aquelas onde os níveis de escolarização da população são mais elevados. Melhores níveis de escolarização, sobretudo no âmbito do ensino superior são, em sociedades desenvolvidas, o caminho que permite obter melhores níveis de qualidade de vida, melhores rendimentos, potenciando assim a mobilidade social, no sentido ascendente.

Assim, vejamos de que modo o ensino superior pode contribuir para a melhoria da coesão económica e social. Quando procuramos uma definição de ‘coesão’, encontramos termos como ‘união’, ‘harmonia’ ou ‘equilíbrio’ os quais, no fundamental, sugerem que sociedades, ambientes mais coesos são contextos caracterizados por menores níveis de assimetrias.

O papel das instituições de ensino superior (IES) é fundamental na construção de um ambiente mais propício à melhoria dos indicadores de desenvolvimento e de coesão, nos países e nas regiões. Esse papel é reconhecido pelas próprias instituições (OCDE, 2007b): enquanto no passado as IES se limitavam a exercer as funções de ensino e investigação cumprindo o seu papel no âmbito do sistema ensino dos diversos países, na atualidade as suas funções evoluíram e vão mais além do que ensinar e investigar. De facto, a ligação com as entidades que se localizam no território passa a ser determinante através de mecanismos diversos, entre os quais a aprendizagem ao longo da vida ou a formação de graduados com níveis elevados de conhecimentos para o mercado de trabalho local, melhorando o capital humano dos territórios.

Na tabela 1 sintetizamos o conjunto de variáveis, propostas por distintas organizações internacionais, e por investigadores, com vista à explicação dos níveis de coesão. Além dos indicadores evidenciados na tabela 1, é importante destacar que o Banco Mundial, adoptando a defesa do cumprimento dos Objectivos do Milénio, os quais preconizam que todas as crianças, em 2015, possam frequentar o sistema educativo, apresentou a

estratégia denominada ‘Learning for all’. Para o horizonte 2020 preconiza-se que todos os indivíduos tenham acesso à aprendizagem ou seja, admite-se que as sociedades evoluam no sentido de privilegiar os atributos da denominada *learning economy* (Florida, 1995). Esta nova estratégia assenta na premissa de que a coesão económica e social de qualquer território só será bem sucedida se as “*peçoas desenvolverem a sua aprendizagem, tanto dentro como fora da escola, desde os seus primeiros anos de vida até o ensino escolar e entrada no mercado de trabalho; para os países em desenvolvimento colherem plenamente os benefícios da educação precisam desenvolver o potencial da mente humana. E não há melhor ferramenta para conseguir isso do que a educação* ” (Zoellick, 2011).

Tabela 1: Indicadores pertinentes para medir a coesão social

Organização	Indicadores
Indicadores de coesão social (OCDE) (1)	Confiança; Confiança nas instituições sociais; Comportamentos pro e anti-sociais; Participação em actos eleitorais; Tolerância.
Programme for International Student Assessment (PISA) OCDE (3)	Os dados para o ano 2009 do teste PISA mostram que a performance académica apenas é explicada em 6% pela prosperidade económica (PIB per capita); 94% são explicados pelos gastos por aluno, pela pobreza relativa e pela proporção de estudantes oriundos de famílias imigrantes. As variáveis relativas aos níveis económico, social e cultural das instituições de ensino e o estatuto sócio-económico dos alunos explicam os resultados académicos dos estudantes.
Indicadores de Coesão Social (Eurostat) (2)	Desigualdade na distribuição de rendimento; Taxa de risco de pobreza antes de transferências sociais, por sexo; Taxa de risco de pobreza após transferências sociais, por sexo; Persistência da taxa de risco de pobreza, por sexo;

	<p>Taxa de desemprego de longo prazo, por sexo;</p> <p>Crianças em famílias sem emprego;</p> <p>Famílias sem emprego, por sexo;</p> <p>Dispersão regional das taxas de emprego, por sexo;</p> <p>Abandono escolar precoce, por sexo;</p> <p>Crianças em educação pré-escolar, por duração e grupos de idades.</p>
Green, Preston & Sabates (2003)	Este modelo discute os efeitos da aprendizagem na coesão social, relacionando o funcionamento do mercado de trabalho com as disparidades de rendimento e com os diferentes níveis de coesão social.

Fonte: Elaboração própria a partir de: (1) (www.oecd.org/els/social/indicators/SAG);

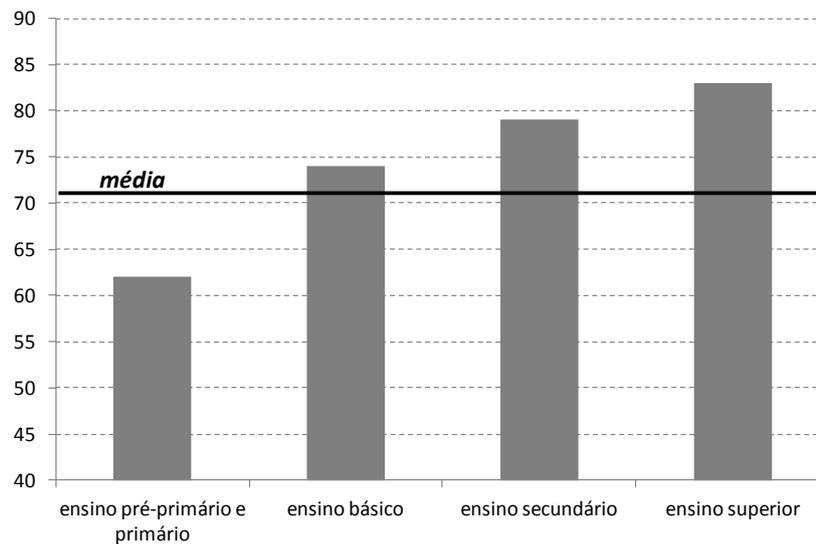
(2) http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/structural_indicators/indicators/social_cohesion;

Nos diversos casos analisados, diferenças nos níveis de educação estão sempre subjacentes aos indicadores considerados pertinentes para avaliar a coesão social. Indivíduos com níveis de escolarização mais elevados revelam níveis de integração e de comprometimento social também mais elevados; os níveis de pobreza e de desemprego habitualmente são inversamente proporcionais ao tempo de permanência no sistema educativo; as maiores assimetrias de rendimento, em geral, ocorrem em sociedades onde a frequência de níveis elevados de escolarização são restritos a alguns estudantes oriundos de grupos sociais mais favorecidos.

2. Acesso ao ensino superior e mobilidade social

Diversos estudos têm mostrado como a educação é um factor determinante para a mobilidade social entre gerações (vd. por exemplo Solon, 2004, D'Addio, 2007, ou Causa e Johansson, 2009). Desde logo, porque o nível de habilitações literárias de um individuo influencia a probabilidade de conseguir um emprego e a qualidade do mesmo. A **Figura 1** mostra a percentagem de indivíduos em Portugal com emprego para cada nível educativo, na faixa etária de 25-64 anos, sobre o total de indivíduos nessa faixa etária e com esse nível de habilitações académicas. Como é possível observar, a taxa de empregabilidade é crescente com o nível académico.

Figura 1: Taxa de emprego, por nível educativo na população portuguesa entre 25 e 64 anos (dados de 2011)



Fonte: OCDE, 2013

Por outro lado, também porque quanto maior o nível de habilitações literárias, maior o rendimento salarial esperado. Portugal é dos países onde o prémio salarial é mais expressivo, a seguir à Irlanda, Grécia e alguns países do Leste Europeu. Em Portugal, o rendimento médio de quem tem o ensino superior é em média cerca de 70% superior a quem possui apenas o ensino secundário. O acesso ao ensino superior fornece uma vantagem competitiva aos trabalhadores, garantindo-lhes um maior rendimento médio no futuro e dessa forma, para alguns, é uma forma de ascensão e de *status* social.

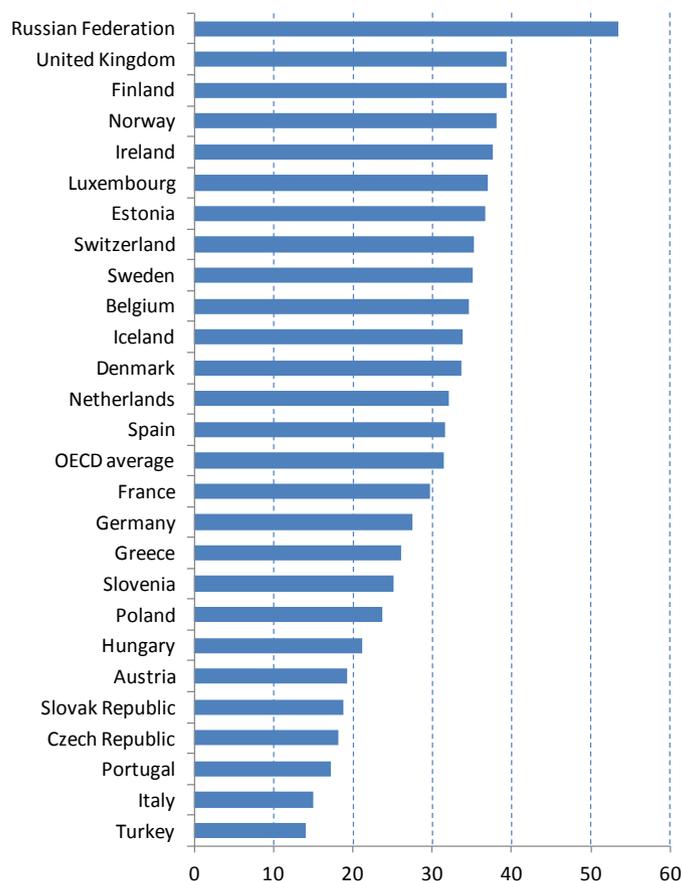
Contudo, para existir mobilidade social, seria necessário que o acesso ao ensino, designadamente ao ensino superior, fosse igual para todos. Na realidade porém, verifica-se um fenómeno de persistência educativa e de rendimentos entre os elementos de sucessivas gerações da mesma família. Que segundo P. Bourdieu (1979, 2001), as estratégias de reprodução social, tidas como um sistema de práticas conscientes ou inconscientes, através das quais os indivíduos procuram preservar ou aumentar a sua posição no espaço social dependem do volume e estrutura do capital familiar (económico, cultural e social) e do estado do sistema dos instrumentos de reprodução. E a evidência mostra que, globalmente, o estatuto socioeconómico de um indivíduo está directamente correlacionado com o dos seus pais. Contudo, a intensidade desta relação varia entre os países. Em princípio, quanto maior for esta correlação, menor a possibilidade de mobilidade social num determinado país, e mais difícil se torna para

um indivíduo, em particular, escapar ao meio socioeconómico em que nasceu. Para quantificar esta relação, é habitual comparar as diferenças no valor dos rendimentos obtidos pelas diferentes gerações. O rendimento é uma boa *proxy* para o nível de estatuto socioeconómico, e reflecte normalmente o nível de educação atingido. Estudos desenvolvidos, por exemplo por Corak (2006), D'Addio (2007) e por Blanden (2008) para a OCDE mostram que no Reino Unido, Estados Unidos, Itália e França indiciam uma menor mobilidade social, enquanto os resultados para os países nórdicos, a Austrália e o Canadá são indicativos de uma potencialmente mais elevada mobilidade social.

Outra forma complementar de observar a mobilidade social com base no nível de educação é através da relação entre a probabilidade de acesso ao ensino superior e as habilitações académicas dos pais. Como foi já demonstrado em diversos estudos (vd. por exemplo, o modelo logit em Vieira e Vieira, 2013), a probabilidade de frequentar o ensino superior depende muito da escolaridade dos pais, não só por razões financeiras, mas também porque esta influencia o conhecimento relativo aos benefícios decorrentes da educação. (Gayle et al., 2003). Hertz et al. (2007) identificaram este efeito de persistência educacional numa amostra de quarenta e dois países, que não incluía Portugal, observando também grandes diferenças regionais nos resultados. A OCDE (2007) mostra que os alunos portugueses são cerca de 3,2 vezes mais propensos a frequentar o ensino superior se os seus pais possuírem um diploma universitário, sendo esta a maior proporção entre os dez países da União Europeia (UE) analisados. Dados mais recentes mostram que Portugal continua a ser o país onde a probabilidade de aceder ao ensino superior, se tiver um pai licenciado, sobre a probabilidade de entrar, se o pai tiver habilitações abaixo do ensino secundário (indicador de 'persistência' no ensino superior), é a mais elevada de entre os países analisados.

Causa e Johansson (2009), num estudo para os países da OCDE, mostram que a mobilidade social é menor no Luxemburgo e nos países do sul da Europa. Os países nórdicos são os que apresentam um maior grau de mobilidade social entre gerações. Dois factores determinantes desta diferença são a educação e os cuidados pré-escolares, ambos largamente dependentes das políticas públicas nestes sectores. Em ambos os casos, Portugal surge claramente atrás dos restantes países europeus. Por exemplo, a **Figura** apresenta a percentagem de população na faixa etária dos 25 aos 64 anos com um diploma de ensino superior.

Figura 2: Percentagem de população entre 25 e 64 anos com ensino superior (dados de 2011)



Fonte: OCDE, Education at a Glance (2013)

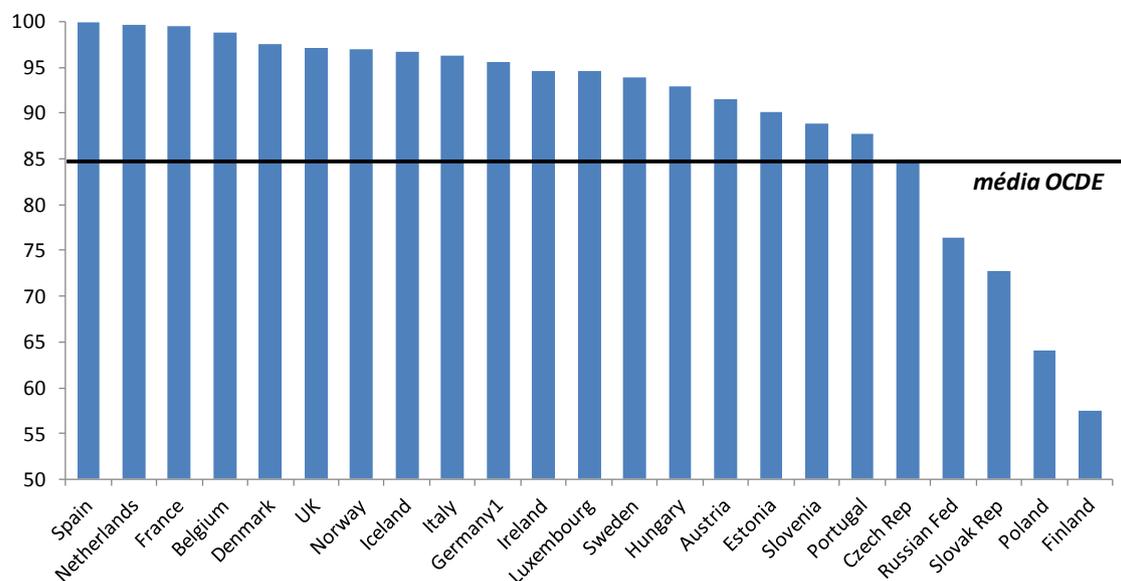
Como podemos observar na figura, Portugal encontra-se no fundo desta lista de países europeus, apenas acima da Itália e da Turquia. Nesta faixa etária, apenas 17% dos portugueses entre os 25 e os 64 anos possuía em 2011 um diploma de ensino superior, um valor que é quase metade da média dos países da OCDE (32%).

E a situação relativa de Portugal piora ainda mais se descermos um grau de ensino e compararmos a taxa de graduação do ensino secundário nos mesmos países europeus e para o mesmo ano de 2011. Neste caso, Portugal ocupa mesmo o último lugar na lista de países europeus da OCDE. Apenas 18% da população entre os 25 e os 64 anos tinha como habilitações académicas o ensino secundário completo, um valor muito semelhante à percentagem que possuía um grau de ensino superior. Assim, em Portugal, em 2011, apenas um terço da população nesta faixa etária possuía o ensino secundário ou terciário, quando a média da OCDE é de mais do dobro, com 77% da

população com pelo menos o ensino secundário completo. Em 2011, 44% dos portugueses entre os 25 e os 64 anos possuía como habilitações literárias o ensino primário ou menos.

Em termos de níveis de educação, Portugal apresenta péssimas perspectivas de incentivo à mobilidade social. Em termos de educação pré-primária os números são menos negativos. Apesar de se encontrar nos últimos lugares na lista de países europeus em termos de educação pré-escolar (o gráfico mostra a taxa de participação de crianças de 4 anos), os valores apresentados estão já ligeiramente acima da média da OCDE.

Figura 3: Percentagem de crianças de 4 anos matriculadas no ensino pré-primário (dados de 2011)



Fonte: OCDE, Education at a Glance (2013)

Causa e Chapuis (2009), por exemplo, mostram que a taxa de participação e o nível de investimento público em educação pré-escolar conseguem compensar parcialmente a influência da família nas capacidades cognitivas dos adolescentes.

Para além dos níveis de educação da população e dos cuidados pré-escolares, Causa e Johansson (2009) mostram que um outro determinante da mobilidade social são as políticas redistributivas de rendimentos. Os países variam consideravelmente na

importância que atribuem à redistribuição e equidade, e isso tem impacto na correlação entre o estatuto socioeconómico das diferentes gerações.

No caso particular do acesso ao ensino superior, quanto menor o valor das propinas cobradas aos estudantes e quanto maior o número de estudantes ajudados pelo apoio social escolar ou por um esquema de crédito bancário apoiado pelo Estado, maior o efeito redistributivo e maiores as possibilidades de mobilidade social.

Por outro lado, pode também argumentar-se que uma maior redistribuição implica uma maior eficiência económica, pois permite uma melhor afectação e valorização dos recursos humanos de uma sociedade. Neste sentido, alguns estudos (e.g. Galor and Tsiddon, 1997) têm mostrado que uma baixa mobilidade social tem consequências negativas no crescimento económico dos países. Isto implica que as políticas públicas que contribuam para aumentar a mobilidade social, designadamente promovendo o ensino superior a estudantes de famílias com menores níveis de educação e de rendimentos, estão simultaneamente a combater as desigualdades sociais e a promover o crescimento económico.

Diversos estudos mostram que o investimento público na educação aumenta a mobilidade social entre gerações (vd. por exemplo Solon, 2004 ou Mayer e Lopoo, 2008), sobretudo em sociedades onde as famílias enfrentam restrições financeiras. No caso de Portugal, apesar da muito baixa taxa de diplomados e da necessidade de convergência para os níveis médios europeus, o investimento no ensino superior é dos mais baixos registados na Europa, apenas à frente de três países do Leste Europeu.

Existe, em diversos países, uma consciência crescente da necessidade de promover o acesso ao ensino superior, para aumentar a mobilidade social e, dessa forma, melhorar a formação dos trabalhadores e as perspectivas de crescimento económico. Muitos países promovem já medidas para assegurar vagas no ensino superior para estudantes provenientes de minorias ou de meios socioeconómicos mais desfavorecidos. Haveman e Smeeding (2006) ou Greenstone (2013), para os EUA, e Milburn (2012), para o caso particular do Reino Unido por exemplo, enumeram um vasto conjunto de acções que as instituições e o governo devem implementar para tornar mais equitativo o acesso ao ensino superior. Edwards et al. (2012) referem que, na Suécia, o método de selecção de candidatos para o ensino superior é organizado com o objectivo de diversificar a população estudantil e incentivar a admissão de estudantes provenientes de extractos sociais menos favorecidos. Para além dos candidatos que concorrem com base no

desempenho na escola secundária, até um terço das novas entradas podem ser de indivíduos admitidos com base em entrevistas, experiência em determinadas áreas ou experiências alternativas de aprendizagem anterior.

4. Notas finais

Em Portugal, a situação tem vindo a melhorar gradualmente nos últimos anos, em termos de melhoria de capital humano e mobilidade social. Este resultado está inequivocamente associado ao alargamento do sistema de ensino superior, localizado em diversas instituições ao longo do país, o que permitiu uma maior democratização no acesso a este subsistema de ensino. Contudo, o efeito de ‘persistência educacional’ é bastante significativo no nosso país, à semelhança do que se verifica noutros países onde as assimetrias económico-sociais são significativas.

A percentagem de população na faixa etária 25-64 anos com um diploma de ensino superior passou de 9% em 2000 para 13% em 2005, 14% em 2008 e 17% em 2011, um aumento expressivo apesar de, como vimos, nos deixar ainda na cauda dos países europeus neste indicador. Porém, as medidas de austeridade dos últimos anos podem amortecer significativamente esta evolução. A austeridade tem provocado desemprego, recessão económica, cortes nos orçamentos das universidades e das famílias, diminuição do apoio social escolar e aumento de propinas. Uma consequência imediata tem sido o abandono precoce do ensino superior, e uma descida assinalável no número de candidatos, que este ano foi 9% inferior a 2012. As consequências de médio e longo prazo das medidas de austeridade podem ser um ciclo vicioso de baixos níveis educativos, baixo crescimento económico e menor mobilidade social.

Referências

Blanden, J. (2008) Intergenerational Income Mobility in a Comparative Perspective, in P. Dolton , R. Apslund and E. Barth (eds.), Education and Inequality Across Europe, Edward Edgar.

P. Bourdieu (2001) Langage et pouvoir symbolique, Paris, Éditions du Seuil, 293-323.

Causa, O. e Chapuis, C. (2009) Equity in Student Achievement across OECD Countries: An Investigation of the Role of Policies, OECD Economics Department Working Papers No.708.

Causa, O. e Johansson, A. (2009) Intergenerational Social Mobility, Economics Department Working Papers No. 707, OECD - Organisation for Economic Cooperation and Development.

Corak, M. (2006) Do Poor Children Become Poor Adults? Lessons from a Cross Country Comparison of Generational Earnings Mobility, IZA Discussion Paper No. 1993.

Corak, M. (2012) Inequality from Generation to Generation: The United States in Comparison, forthcoming.

D'Addio, A. (2007) Intergenerational Transmission of Disadvantage: Mobility or Immobility Across Generations? A Review of the Evidence for OECD countries, OECD Social, Employment and Migration Working Paper, No. 52.

Edwards, D., Coates, H. and Friedman, T. (2012) A survey of international practice in university admissions testing, Higher Education Mangement Policy, 24 (1), 87-104.

Galor, O e D. Tsiddon (1997) Technological Progress, Mobility, and Economic Growth, American Economic Review, 87.

Gayle, V., Berridge, D. e Davies, R. (2003) Econometric Analysis of the Demand for Higher Education, Department for Education and Skills Research Report 472, University of Stirling.

Green, A., Preston, J. & Sabates, R. (2003), Education, Equity and Social Cohesion: a Distributional Model. London: Centre for Recherche on the Wider Benefits of Learning.

Greenstone, M., Looney, A., Patashnik, J. e Yu, M. (2013) Thirteen Economic Facts about Social Mobility and the Role of Education, The Hamilton Project, Policy Memo, June.

Haveman, R. e Smeeding, T. (2006)The Role of Higher Education in Social Mobility, The Future of Children, Opportunity in America, 16(2), 125-150.

Hertz, T., Jayasundera, T., Piraino, P., Selcuk, S., Smith, N. e Verashchagina, A. (2007) The Inheritance of Educational Inequality: international comparisons and fifty-year trends, The B.E. Journal of Economic Analysis and Policy 7(2).

Mayer, S. e Lopoo, L. (2008) Government Spending and Intergenerational Mobility, Journal of Public Economics, 92, 139-158.

Milburn, A. (2012) University challenge: how higher education can advance social mobility: a progress report by the independent reviewer on social mobility and child poverty, Independent Reviewer on Social Mobility and Child Poverty, Cabinet Office.

OECD (2007) Education at a Glance, OECD Publishing.

OCDE (2007b) Higher education and the regions: globally competitive, locally engaged, OECD Publishing, Paris.

OECD (2013) Education at a Glance 2013: OECD Indicators, OECD Publishing.

Rego, C.; Caleiro, A.; Vieira, C.; Vieira, I.; Baltazar, M. S. (2013): *Eficiência e/ou coesão territorial: de que modo uma rede de Instituições de Ensino Superior pode contribuir para estes objectivos?* Munich Personal RePEc Archive Paper nº 43638, Janeiro, Universidade de Munich (<http://mpra.ub.uni-muenchen.de>).

Rego, C; Baltazar, M. S.; Caleiro, A. (2012), "Higher Education and Social Cohesion", Higher Education of Social Science, vol.2, nº 2, pp. 17-24 <http://cscanada.net/index.php/hess/issue/view/165>.

Baltazar, M.S.; Rego C.; Caleiro, A. (2011), Educação e Coesão Social – que diferença faz o ensino superior?, 17º Congresso da APDR, Instituto Politécnico de Bragança, 29 de Junho a 2 de Julho. <http://www.apdr.pt/congresso/2011/ACTAS/Sessão%2024.pdf>.

Solon, G. (2004) A Model of Intergenerational Mobility Variation over Time and Place, in M. Corak (ed.) Generational Income Mobility in North America and Europe, Cambridge University Press, 38–47.

Vieira, C. e Vieira, I. (2013) Procura de ensino superior em Portugal: determinantes e perspectivas, in C. Rego et al. (eds), Redes de Ensino Superior: Contributos perante os desafios do desenvolvimento, forthcoming.

Zoellick, Robert, Press Release No2011/414/HDN; <http://web.worldbank.org> (2011).